



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

Intervenção inicial do Presidente do Conselho Nacional da AOFA, Tenente-Coronel António Costa Mota, na audição na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos (7 de março de 2018)

Exm^o Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Exm^{as} Senhoras e Senhores Deputados

Começo naturalmente por a todas e a todos cumprimentar, em meu nome pessoal e em nome da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA).

A AOFA congratula-se com o facto de, nesta Comissão, se procurar, através da audição exaustiva de um vastíssimo conjunto de personalidades Militares e Civis apurar, tal como a própria designação da Comissão o explicita, as responsabilidades políticas do furto do material militar em Tancos.

A AOFA expressa desde já o desejo, a bem do cabal esclarecimento aos Portugueses, de que outras Comissões com idêntico propósito (o apuramento de responsabilidades políticas) possam vir a ser consideradas pela Assembleia da República, em matérias tão relevantes para as Forças Armadas, consequentemente para Portugal, referindo-nos, entre outras, às questões relacionadas com o estado dramaticamente condicionador ao cumprimento cabal das missões a que chegaram os Efetivos das Forças Armadas e as condições de funcionamento das mesmas, designadamente as decorrentes dos sucessivos e cada vez mais reduzidos orçamentos de funcionamento, quer seja por dotação direta nos Orçamentos do Estado quer, essencialmente, pelas elevadíssimas e reiteradas percentagens de cativações que lhes são aplicados.

Permito-me recordar a Vossas Excelências, enquadrando desde já aquele que será o nosso posicionamento no âmbito desta audição, que a AOFA se constitui como a única Associação Socioprofissional de Oficiais das Forças Armadas Portuguesas e que através dos nossos estatutos somos completamente independentes e autónomos quer face ao Poder Político quer à Instituição Militar, características de que nunca abdicaremos e que nos concedem o distanciamento que nos permite o pronunciamento, sem quaisquer constrangimentos, em relação a todas as matérias, incluindo naturalmente a que se constitui objeto de inquérito nesta Comissão.

Compreenderão no entanto, e nem outra coisa certamente poderiam esperar da nossa parte, que sendo Oficiais das Forças Armadas nos regemos por Valores, Princípios e Ideais muito próprios, alguns dos quais explicitamente plasmados na forma dos Juramentos que prestamos a Portugal, determinando muitos deles posicionamentos que não podem nem devem ser confundidos como manifestações de corporativismo mas antes, como a expressão profundamente convicta na defesa desses mesmos Valores, Princípios e Ideais.

Termino com duas ou três notas que para os Militares, e particularmente para os Oficiais, são absolutamente incontornáveis e que, como tal, quero aqui deixar inequivocamente explícitas:

Num Estado de Direito, as Forças Armadas são, e muito bem, subordinadas ao Poder Político. Mas subordinação não pode nem deve nunca ser confundida com submissão e este é um conceito básico que importa continuar a aprofundar e definitivamente esclarecer perante Políticos, mas também Militares, sob pena de haver a tentação de quem confunde estes conceitos se permitir ultrapassar, ou deixar que sejam ultrapassadas, linhas vermelhas que configuram ingerências inadmissíveis nas competências próprias das Forças Armadas e cujos resultados negativos ficam bem patentes.

Os Militares Cumprem Missões! As Missões são determinadas pelo Poder Político ao qual cumpre o Dever Inalienável de Dotar as Forças Armadas de todos os Meios Humanos e Recursos Financeiros e Logísticos para que essas Missões sejam cabalmente cumpridas, o que em Portugal está, todos o reconhecem, muito longe de ser uma realidade.

Ainda que nacional e internacionalmente sejamos considerados (d)Os Melhores Militares do Mundo, dos Valores e Princípios que nos enformam fazem parte integrante a humildade e a modéstia que nos permitem admitir que também falhamos e a consequente responsabilidade para assumir os eventuais erros cometidos e daí retirar as devidas ilações. Mas que todas estas características nunca nos impeçam de denunciar responsabilidades exógenas que, em crescendo, vêm determinando que os Militares corram riscos cada vez mais desnecessários e intoleráveis no cumprimento das missões que lhes são determinadas pelo Poder Político. É que, podendo parecer que o somos, não nos arrogamos de Super-Homens nem Super-Mulheres.

Estou agora à inteira disposição da Comissão para responder às perguntas que entenderem formular.

Tenente-Coronel António Costa Mota (Presidente do Conselho Nacional da AOF)